

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
– CMADS

REQUERIMIENTO N° , DE 2019

Requer a convocação do Ministro de Estado do Meio Ambiente, Senhor Ricardo Salles, para comparecer a esta Comissão da Câmara dos Deputados a fim de prestar esclarecimentos acerca das mudanças que pretende realizar no Fundo Amazônia.

Senhor Presidente,

Nos termos do inciso IV do o art.24, combinado com o inciso I do art.219 do Regimento Interno, requiero a adoção das providências necessárias para a convocação do Ministro de Estado do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Salles, para comparecer a esta Comissão da Câmara dos Deputados a fim de prestar esclarecimentos acerca das mudanças que pretende realizar no Fundo Amazônia, gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

JUSTIFICAÇÃO

A imprensa tem dado destaque às pretensões anunciadas pelo Ministro do Meio Ambiente, senhor Ricardo Salles, de realizar mudanças nos objetivos e no modelo de gestão do Fundo Amazônia - FA. Conforme noticiado, o Ministro diz ter identificado “irregularidades” em projetos¹ realizados por ONGs, sem contudo ter apresentado um único caso concreto dessa constatação até o momento. Em maio passado, convocou entrevista coletiva com bastante alarde para anunciar tais inconsistências, esquivando-se porém das perguntas dos jornalistas que questionavam a existência de casos concretos. Além desse “factoide”, como ficou evidenciado, o titular da pasta ambiental vem criticando o modo como os recursos do Fundo são utilizados, alegando que não há evidências da relação entre os projetos financiados e a redução do desmatamento².

Como parte do seu movimento, o Ministro Salles encaminhou uma carta às embaixadas da Alemanha e da Noruega contendo propostas de mudanças no Fundo. Entretanto, o conteúdo da carta não foi revelado e o Ministério do Meio Ambiente, quando solicitado, tem se furtado a dar mais esclarecimentos, tal como o fez na seguinte situação:

¹¹ https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/28/politica/1558997566_211503.html

² <https://oglobo.globo.com/sociedade/embaixada-da-noruega-rebate-criticas-de-salles-sobre-resultados-do-fundo-amazonia-23675074>

O GLOBO pediu ao ministério do Meio Ambiente que revelasse os pedidos formalizados na carta. Contudo, a pasta se limitou a afirmar que "As tratativas estão em curso e serão oportunamente divulgadas"³.

Frente ao intento governista, diferentes atores envolvidos na gestão e implementação do FA contestaram as conclusões do Ministro e defenderam a abordagem, os critérios e o atual modelo de governança. No âmbito dos países doadores, em resposta à carta do Ministro Salles, os embaixadores Georg Witschel, da Alemanha, e Nils Gunneng, da Noruega declararam:

“Esperamos que o BNDES continue a administrar o fundo e a aprovar os projetos planejados, de acordo com os entendimentos e diretrizes existentes. Nós também acreditamos que o aperfeiçoamento da eficiência, impacto e transparência do fundo podem ser abordados dentro da atual estrutura de governança” (tradução livre).

Também os governadores da Amazônia saíram em defesa do Fundo, assim como fizeram organizações da sociedade civil que executam projetos ou participam da sua gestão.

Essa convergência de posições está balizada por uma perspectiva comum em prol de um novo modelo de desenvolvimento para a região, sendo o Fundo Amazônia uma espécie de plataforma que integra e promove iniciativas concretas, em diferentes escalas e níveis de intervenção, de combate ao desmatamento, de valorização da floresta em pé e de outras formas de produção em conformidade com os princípios e práticas da sustentabilidade. Para se ter uma ideia desse potencial transformador do Fundo, basta visitar sua página na internet e perpassar os projetos e resultados já alcançados⁴.

É curioso que o titular da pasta do Meio Ambiente sem qualquer fundamento seja o único a contestar este mecanismo de apoio ao combate ao desmatamento, internacionalmente reconhecido.

A infundada crítica manifestada pelo Senhor Ricardo Salles desacompanhada de transparência e rigor técnico, essencial para as políticas públicas, parece-nos motivo suficiente que justificam o presente requerimento. Ademais, convém lembrar que o Fundo Amazônia foi instituído num processo de afirmação e fortalecimento institucional do Estado brasileiro para reverter a lógica predatória da ocupação e uso da Amazônia Legal, como restou apontado em todas as discussões nesta Casa sobre o assunto, ao longo desses 10 anos de existência do mecanismo.

Esta Casa também foi protagonista e desempenhou papel fundamental ao aprovar uma série de medidas que contribuíram para enfrentar o desafio do desmatamento e da

³ <https://oglobo.globo.com/sociedade/governo-bolsonaro-tenta-mudar-fundo-amazonia-mas-noruega-alemanha-dizem-nao-23731725>

⁴ ⁴ <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/home/>

violência a ele associada, mas também tanto ao respaldar iniciativas do Executivo voltadas ao mesmo fim, quanto ao fiscalizar e cobrar empenho do governo na implementação das políticas para a região.

Assim, cabe a essa Casa, e em particular a esta Comissão, uma atitude de permanente vigilância e prontidão para evitar retrocessos e desconstruções das conquistas alcançadas pela sociedade brasileira em prol de uma Amazônia preservada e próspera, para os mais de 24 milhões de brasileiros que nela vivem e dela dependem.

Por isso é fundamental que o Ministro Salles compareça a essa Comissão para prestar esclarecimentos sobre o que realmente pretende ao tentar reverter um mecanismo tão importante. Por ora, como visto, apenas conseguiu se isolar e demonstrar desprezo pelas formas de compartilhamento da responsabilidade ambiental entre governo e sociedade, a exemplo da sua intenção de reduzir a participação de organizações não governamentais na gestão e execução do FA.

Aliás, essa tem sido sua atitude também em relação à cooperação internacional, expondo o país a constrangimentos ao emitir opiniões sem sustentação empírica, assim como ao dar mostras de pouco apreço ao significado, à importância e aos resultados do esforço conjunto entre Brasil, Noruega e Alemanha canalizado mediante o mecanismo do Fundo Amazônia. A suspeição que lança sobre essa relação e a efetividade do FA, além de inconsequente do ponto de vista diplomático, fragiliza o processo de contenção do desmatamento da Amazônia, afeta a credibilidade e rebaixa o protagonismo que o Brasil conquistou no contexto da agenda global de enfrentamento do desafio climático.

Convicto que esse assunto é de extrema relevância para as finalidades da CMADS, conto com o apoio de todos para aprovar o requerimento.

Sala das comissões em 07 de julho de 2019

Deputado Federal Nilto Tatto

PT/SP